

O AGIR MORAL E A CONSTRUÇÃO DE GÊNERO: Contribuições à História da Teologia e da Moral no Brasil

1 Joan SCOTT, *Gênero: uma categoria útil para análise histórica*. Recife, SOS Corpo, 1993. Tradução do texto original: J. SCOTT, *Gender: An Useful Category of Historical Analysis*. Gender and the Politics of History. New York. Columbia University Press, 1989.

2 Cf. Maria Izilda MATOS. *Gênero em debate: trajetória e perspectivas na historiografia contemporânea*. São Paulo, Educ, 1997. p. 97.

3 Nuno Marques Pereira era teólogo leigo na Colônia e provavelmente brasileiro. Viveu entre os anos de 1652 até 1733, ano do lançamento da segunda parte de sua obra *Compêndio Narrativo do Peregrino da América*. Essa obra possui cerca de 800 páginas. Tem um cunho *edificante*, trazendo *conselhos* para os homens e mulheres na Colônia no que diz respeito a atitudes morais. Visitando e analisando a realidade da Colônia, a obra se propunha a ser um tratado espiritualista, na medida em que buscava a *salvação* da América Portuguesa.

INTRODUÇÃO

Os estudos de história da mulher no Brasil colonial e as análises com novos olhares desafiam a pesquisa para mais um passo ousado: é possível utilizar o gênero como categoria de análise da História da Igreja no Brasil, no período colonial.

O gênero é um dos elementos constitutivos de relações sociais baseadas nas diferenças percebidas entre os sexos. É construído relacionalmente, fruto e matriz de modelos de vivências do feminino e do masculino. É significativo de relações de poder e construído social, cultural e historicamente, é, portanto, marcado por tempo, cultura e espaço determinados.¹

Há muito, se tinha buscado uma categoria de análise abrangente capaz de questionar e provocar impactos nos paradigmas históricos existentes para explicar desigualdades persistentes entre homens e mulheres.²

Analisamos aqui importante obra do século XVII, escrita por Nuno Marques Pereira³. Ela oferece oportunidade de uma maior compreensão de como se construíram e constituíram as relações de gênero no Brasil setecentista: representações evocadas na construção de símbolos; conceitos normativos para interpretação dos símbolos; relação entre símbolo e conceito que constituiu poder político e institucional; sentidos e significações na construção da identidade subjetiva.

1. AS RELAÇÕES DE GÊNERO: ENTRE A VIVÊNCIA E O PROJETO COLONIAL

Nuno Marques Pereira revela, através de suas páginas, um cotidiano de violência e transgressões, diferenciando-se assim do horizonte apresentado e idealizado pela Igreja em seus estatutos teológicos. O intento do autor era contribuir especificamente para que os moradores do Brasil atingissem o chamado *grau de perfeição*, com o qual poderiam alcançar *salvação*. Para isso mostra em sua obra que os *moradores do Brasil* não viviam conforme *deviam*, isto é, segundo o estabelecido pelas normas da Igreja. Para confronto, entre a vivência e o projeto ideal, estabeleceu contato com homens e mulheres, objetos de tamanha pregação soteriológica no Brasil colonial, a partir de seu cotidiano. O autor traz também à tona os conflitos e os impasses que fizeram com que o discurso ora tivesse significância para os seus ouvintes, ora se perdesse. Por outro lado, seria interessante notar que, as mulheres e os homens, personagens desses discursos, viveram entre a submissão e a transgressão, souberam burlar e transformar essas pregações em práticas de resistência e sobrevivência nas diversas conjunturas do sistema colonial.

A análise da história das práticas permite desmitificar o ideal que também transparece nas exortações do Peregrino. Com o olhar atento para os documentos da época, é possível identificar vivências divergentes. Ainda que apenas os casos extremos tenham documentação mais acessível, pode-se vislumbrar que a visão monolítica e modelar das relações familiares não se fez tranqüila na Colônia: *uma esposa da vila de Curitiba iniciou seu divórcio em 1740, após mais de trinta anos de vida conjugal, referindo-se até que ponto chegou a crueldade do marido. Quando ela entrou em um quarto onde ele estava, foi atacada por ele, que “The fez uma mortal ferida nas partes vergonhosas rasgando com as mãos querendo lhe tirar a madre para fora e com efeito pegou no que apanhou no interior”, querendo arrancar para fora. A mulher foi socorrida pelos filhos que voltavam da roça, estava muito ferida e no momento do pedido de divórcio ainda não tinha sarado e nem podia se sentar*⁴.

Se a argumentação para o divórcio foi a violência masculina excessiva, o recurso ao instrumento legal para a separação sinaliza um caminho divergente que revela a um tempo o restrito espaço para a mulher e o conflito aberto na sociedade. Permanece a culpabilização da mulher, mas a realidade distanciou-se dos desejos do Peregrino. Mulheres também buscaram outras relações fora do casamento, num contexto onde a mulher deveria ser fiel ao esposo *eternamente*, ainda em que condições adversas: *Havia uma mulher casada, que tinha o ma-*

4 Caso citado em Raquel Lopes Domingues COSTA, *Divórcio e anulação do matrimônio em São Paulo colonial*. São Paulo, Dissertação de Mestrado em História. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. USP, 1986, p. 207.

*rido fora de casa: e na confiança de que não viria tão depressa, recolheu nela a um homem com quem tinha amizade ilícita. A este tempo lhe bateu o marido à porta: e parecendo-lhe à mulher, que o marido vinha a tomar vingança da ofensa que ela lhe tinha feito, sem mais cautela, nem reparo, se lançou de uma janela: e por que as casas eram de sobrado e altas, caiu de sorte que logo ali ficou morta. E vendo o marido aquele arrojado impulso, examinou o caso e veio no conhecimento de que fora em castigo do pecado da mulher*⁵.

5 Nuno Marques PEREIRA, *Compêndio Narrativo do Peregrino da América*. Rio de Janeiro, A.B.L., 1988. Os textos de Nuno Marques Pereira serão sempre citados de acordo com esta edição em dois tomos. Os algarismos romanos correspondem ao tomo, os arábicos remetem à página. Aqui Tomo I, p.314.

Também ao homem era atribuído um papel: o de *pai de família*, em relação ao casamento monogâmico que foi uma das balizas na Colônia. Os procedimentos não correspondiam ao desejado ideal: *Ver o como nesta terra costumam os homens casados facilitar esta culpa (do adultério), e ainda com as suas próprias escravas de porta a dentro, dando tão má vida a suas mulheres, tão grande escândalo a sua família e tanta ousadia as suas escravas, é para exclamar e condenar com rigorosos castigos a quem tal chega a obrar. Porque mais parecem estes homens viver na Lei de Maíoma que na de Cristo: e por isso vêm muitos a acabar pobres e miseráveis, e alguns mortos pelas mesmas concubinas com veneno, como a cada passo estamos vendo, e depois vão ao inferno a penar para sempre*⁶.

6 Tomo I, p.315.

1.1. Homem e mulher: modelos ordenadores

7 Entende-se por discurso teológico moral aquele produzido por um membro de uma instituição religiosa com objetivo de *normalizar* os comportamentos de homens e mulheres de acordo com essa produção religiosa. Seu discurso foi assumido pela Instituição religiosa, o que faz dele uma pessoa articuladora das relações de poder na sociedade.

8 Joan SCOTT, *Gênero: uma categoria útil para análise histórica*. Recife, SOS Corpo, 1993.

Muitos homens não foram bem sucedidos, segundo relata o Peregrino, e não eram raros, pois, os fatos similares provocavam a reação dos moralistas⁷. As palavras, as idéias e o significado das coisas têm uma história⁸.

O discurso de Nuno Marques Pereira traz explícitos muitos elementos conceituais, com os quais constrói seu pensamento moral. Onde transparece mais força, porém, é nos símbolos usados por ele e em sua contextualização, nas imagens e alegorias, nos conceitos que subjazem aos seus conselhos.

Para o autor, a diferença de gênero era determinante. Os perfis de comportamento feminino e masculino, deveriam tender a uma definição estável e administrada. Homem e mulher eram opostos pelo sexo (biológico), pelas características físicas e deveriam garantir a diferenciação comportamental já apresentada pelo corpo. Essa diferenciação de corpos era responsável pela definição de perfis masculinos para os homens e femininos para as mulheres. Produziu-se, assim, um estatuto em que as oposições binárias fixas e naturalizadas estavam continuamente presentes.

A legitimação dessa definição, segundo o moralista, podia ser encontrada na Bíblia, no livro do Gn 3,16: ... *Disse Deus também à mulher: multiplicarei os teus trabalhos e, especial-*

mente, os de teus partos. Darás a luz com dor aos filhos, e estarás sob o poder do marido, e ele te dominará.

Toda vez que nos tribunais ou no cotidiano se queria lembrar à mulher de seu lugar e seus deveres, se apelava para esse *direito divino natural*, para as leis canônicas e civis, dizendo que ela devia se sujeitar a seu marido, obedecendo-lhe, amando e servindo. O marido, por sua vez, podia usar seu direito de corrigi-la, repreendê-la, e mesmo castigá-la com moderação quando fosse teimosa ou rebelde. O marido tinha sobre a mulher uma espécie de domínio, tal qual um pai sobre seu filho⁹.

Essas experiências de homens e mulheres e a construção de sua identidade estiveram associadas também às imagens de Deus, construídas no cristianismo ocidental ao longo dos séculos, segundo as definições culturais e de gênero que estiveram presentes em cada contexto cultural nas sociedades.

1.2. Deus e suas imagens

Aos poucos foi se impondo uma única visão e definição de Deus: a imagem de Deus associada ao Pai com características de patriarca, de chefe da casa e por conseguinte da família e de autoridade pública. A linguagem quotidiana dos sermões, culto, catequese e da instrução transmitiu uma mensagem: Deus é masculino, ou, pelo menos, mais semelhante ao homem do que à mulher¹⁰. Na construção do imaginário social, os *papeis* femininos, a mulher mãe, esposa e auxiliar do homem, também foram se reafirmando. Deveres, tarefas e valores foram sendo determinados aos poucos pela sociedade. O modo de falar sobre Deus serviu de múltiplas maneiras para favorecer um mundo imaginário e estrutural que excluía ou subordinava a mulher¹¹.

Paralela a essa construção, foi se formando também a imagem de Maria como aquela que diz *sim* ao projeto de Deus e que *guardava tudo em seu coração*, como modelo ideal da vida cristã feminina, seja na vida religiosa, seja no matrimonial.

O *pai* na iconografia da Idade Média e Moderna foi associado a um Deus, com atribuições masculinas, definida pela sociedade ocidental; um pai *velho*, assexuado, controlador, vigiador, que castigava as pessoas conforme o contrariavam não realizando sua vontade e se tornando *pecadoras*. O perdão só seria concedido na medida que esses pecadores, ou a humanidade pecadora, resgatassem suas *dívidas* com esse Deus. Para isso, as pessoas teriam que realizar outros esforços.

A importância de tocar nesta temática é que possibilita estar atento para perceber que o modo de ver o mundo e as relações entre as pessoas formaram as imagens de Deus e seus respectivos conceitos, que, por sua vez, correspondiam às atitudes e compor-

9 Cf. Raquel Lopes Domingues COSTA, *o. cit.* p. 231.

10 Cf. Elizabeth JOHNSON. *Aquela que é: o mistério de Deus no trabalho teológico feminino*. Petrópolis. Vozes, 1995. p. 19.

11 Idem. *Ibidem*.

tamentos humanos. Dessa forma, não se pode subestimar a força da religião na vida das pessoas e o impacto dessa força na construção de gênero. Essa trilogia, visão de mundo-teologia-comportamento moral, não foi totalizante e nem absoluta, mas foi preponderante em diferentes momentos da história do Brasil e, até hoje, em algumas parcelas da população continua sendo.

Em Nuno Marques Pereira isso é bastante visível. À imagem de pai, que se tinha na época, correspondia a uma reelaboração da moral fundamentada nas definições do Concílio de Trento e na patrística. Por outro lado, essa elaboração mental e teórica de Deus também legitimou os perfis masculino e feminino.

2. O CONCEITO DE DEUS E A TEOLOGIA OCIDENTAL

Estabelecer um paralelo entre o conceito de Deus, utilizado por Nuno Marques Pereira, e a definição de gênero para o masculino aponta para relações sociais mais amplas, em que o conceito e a imagem se misturaram, tornando-se a base de muitas exortações para os comportamentos morais. O conceito de Deus que foi-se afirmando na teologia ocidental pode ser verificado nos trabalhos dos Santos Padres e na redefinição tridentina que esteve presente também na literatura portuguesa. Trata-se de uma concepção de Deus como o único Deus, verdadeiro, eterno, aquele *que é*, imenso, onipotente, trino em pessoas e uno na essência, criador da humanidade, produtor da vida cósmica e salvador de uma humanidade perdida restituidor dos *bens da glória*¹². Um Deus que torna seus filhos sempre dependentes, sem possibilidade de autonomia, seja na existência terrestre, seja na *vida futura*: *Deus é a suma verdade, e nunca faltou no que prometeu, nem há de faltar. Só Deus é rico, e todo poderoso, por ser Senhor do céu e da terra, do mar e de todos os mais bens e haveres deste mundo, porque os fez e permitiu que se produzissem para a conservação das criaturas*¹³.

Essa imagem de Deus teve correspondência nas características atribuídas ao masculino nos homens e foi entificada segundo a visão de pai que se tinha na época. Por isso, Deus aparece nas obras de moral e nos manuais de confissão como aquele que castiga porque é misericordioso. Essa *misericórdia de Deus* era provada pelo perdão dos pecados, visualizados na penitência pelo sofrimento: *Deus é castigador, juiz, majestade que tudo vê, o mais perfeito pároco*¹⁴. Deus era aquele que castigava nesta vida e se não houvesse *remendo*, o castigo continuava na *outra vida*¹⁵.

Perdoava seus filhos, até mesmo o mais pecador demonstrando sua misericórdia, principalmente no *sacrifício* de seu

12 Tomo I, p. 130.

13 Tomo I, p. 436.

14 Tomo I, p. 243.
15 Tomo I, p. 70.

filho Jesus Cristo, aquele que redimiu a humanidade pela cruz, pelo sofrimento e pela fé, em Jesus Cristo e na sua salvação. Era pelo sofrimento, que havia a possibilidade de alguém reconhecer-se pecador diante de Deus e as almas podiam ser salvas e irem para o céu. Era nisto que consistia o sentido do sacramento da confissão, pois era nesse sacramento que o perdão de Deus acontecia e onde profano e sagrado se encontravam.

Culpa e pecado apareciam juntos como condição para seguir no caminho que levava ao céu. Somente a culpa levava a reconhecer o pecado, que podia ser perdoado na confissão e nas penitências corporais e espirituais: *claro fica, que para Deus nos dar o seu Reino, é necessário que o mereçamos levando a nossa cruz, isto é, fazendo penitências, jejuando, disciplinando-nos, abstraindo-nos de todos os gostos e deleites do mundo*¹⁶.

16 Tomo I, p.344.

2.1. O pai do céu e o pai de família

Esta percepção de Deus era a opção por uma visão do homem com estas mesmas características em relação a todos na família. Na análise do autor sobre os masculinos e femininos, o pai era o membro mais importante da família, era a imagem de Deus que estava no Céu. Em torno e em oposição à imagem do pai, função exclusiva do masculino, o autor construiu a imagem da esposa, que era a mãe e os papéis dos filhos e das filhas que consistiam na irrestrita obediência ao pai e a função dos escravos que também fazia parte de sua casa. O pai era aquele que impunha sua vontade sobre os membros de sua família: *O Pai de famílias não há de ser bom para si, mas também o deve ser mais: há de considerar que é cabeça daquele corpo e que por ela se hão de governar todos os mais membros*¹⁷.

17 Tomo I, p.184.

O pai deveria ser aquele que sustentasse a casa e a família, de quem provinha a alimentação e as roupas; quem colocava as normas na família que deviam ser obedecidas. O pai tinha o poder de castigar e de corrigir a mulher, os filhos e os escravos quando necessário. Quando se fala de família na Colônia, fala-se de um espaço que extrapolava os limites consangüíneos, a coabitação e as relações rituais. A família era um espaço social pelo qual se pensava todos os aspectos da vida quotidiana que para ela convergiam. A família conferia ao homem e à mulher um *status* na classificação social, quanto à mobilidade no espaço público e privado e quanto à estabilidade. Neste sentido, fica difícil entender homem ou mulher na Colônia, individualmente, como ser isolado. A identificação era sempre relacional no âmbito familiar ou do grupo a que pertencia.

O termo família extrapolava consangüinidade, isto é, não era definida apenas pelos membros que tivessem *o mesmo san-*

18 Cf. Sheila de Castro FARIA. *A Colônia em movimento: fortuna e família no cotidiano colonial*. Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1998. pp. 43-44.

19 Tomo I, p. 184.

gue do pai ou do avô; pertenciam à família os parentes, os agregados e os escravos. Extrapolava também o termo *parentesco*, pois o compadrio também unia à família pessoas sem nenhum grau de parentesco¹⁸. Por isso, o Peregrino comparava o pai de família a grandes santos da Igreja como São Bento, Santo Elias, São Francisco e Santo Inácio. O pai de família era o patriarca: *Os que quiserem ser patriarcas, que vale o mesmo, que ser Pais de famílias, não só trataram de si, mas também dos mais, dando-lhes regra, sustento, vestidos e guardas, que são os porteiros, e cercando-os com muros, dando-lhes o castigo e as fraternas, quando é necessário*.¹⁹

2.2.A imitação de Cristo e a salvação da família

O Peregrino geralmente conversava com fazendeiros sobre a sua ocupação de chefe de família. Para Nuno Marques, ser pai de família na Colônia era imitar Jesus Cristo, este, a quem a teologia nunca atribuiu paternidade, foi apresentado pelo Peregrino da América como paradigma patriarcal: *E nisto imitaram todos a Cristo Senhor nosso, que se prezou muito de ser pai de famílias, e não só ensinou a seus discípulos, dando-lhes regra e forma de como se haviam de haver, que são os dez mandamentos e os santos evangelhos, mas também a todos nós*.²⁰

20 Tomo I, p. 185.

Jesus foi comparado ao pai de família. Seus discípulos eram sua família e agora o era toda a Igreja dos filhos de Deus. Essa reflexão é complexa, pois transfere para o pai de família uma espiritualidade do modo de viver dos religiosos, quase que convocando as pessoas a viverem o estilo de vida religiosa na família. Uma espiritualidade celibatária que negava a mulher e a criança enquanto sujeitos na família. Ordem, lei e obediência foram matrizes para uma vida cristã. O pai estava subordinado ao “Pai do Céu” e a mãe e os filhos ao pai que aqui é modelo de Deus.

Na obra do moralista pouco se fala da mãe de família. Geralmente cita apenas a esposa. Ser pai era ter autoridade e no caso da mãe ela estava submetida ao pai, sua autoridade era proveniente do seu marido. Tratava-se de uma autoridade concedida e subalterna, ainda que as mulheres não estivessem livres de serem as senhoras da casa e a mãe da família. Esse cargo²¹ também pertencia a elas. Contudo, o pai era o cabeça: *O pai de famílias há de ser argos na guarda de sua casa, dando regra, preceito e castigo a seus filhos e mais família*.²²

21 Tomo I, p. 185.

22 Tomo I, p.185.

Era a espiritualidade que impulsionava e garantia uma moral e, por isso, os pais de famílias não deveriam ser introspectivos e se ocupar somente de sua salvação, mas com a salvação de sua casa. A salvação da família dependia do pai e da observação das regras e mandamentos pelos demais membros da família.

Pecando o filho, a esposa, ou os escravos, pecava também o pai por não cumprir o seu papel. Para isso, o pai tinha que ser o modelo normatizador, ser o *espelho de exemplos*: *O Pai de família há de ser um espelho limpo e sem mancha, para que sua família se veja nele e emende seus defeitos. E vede agora como poderá repreender quem se acha compreendido, e talvez na mesma culpa.*²³

23 Tomo I, p. 205.

Ele tinha que cuidar para não deixar a *porta* aberta, tanto a da rua como a do quintal para que o filho e o escravo não saíssem para *cometer pecados*. Assim, o poder dado ao homem era muito grande, mas a cobrança também o era. Podia vender um escravo *vicioso* e expulsar o filho ou a filha de casa. Se o pai de família não fosse severo assim, não garantia a observância da lei divina. Os pais de família deveriam estar sempre em alerta, esse era o grande apelo: vigiar sua casa. *O Pai de famílias há de ser argos de dia e de noite: há de saber, contar, vigiar e pesar os passos dos seus filhos e escravos. Há de ser homem de conta, peso e medida, porque lhe vai muito nisto, pois se perdem muitas casas, por não haver este cuidado.*²⁴

24 Tomo I, p.202.

Tudo deveria ser feito pelo pai de família para evitar o amancebamento de seus filhos ou escravos. Legitimando o poder que o pai tinha para isso, Nuno transfere o poder de Deus para o pai que pode até mesmo castigar desde que seja para a correção dos pecados. Os castigos físicos eram usados pelo senhor com seus escravos e pelo pai com seus filhos e não eram vistos como violência ou abuso de poder, mas como parte integrante da educação dos filhos: *Sabei que não há de haver filho-família, tendo pai e estando debaixo do seu pátrio domínio, nem escravo tendo senhor, nem súdito tendo superior, amancebados: porque estes tais pais, senhores e superiores têm obrigação de os evitar e castigar deste pecado, conforme o poder que Deus lhe tem dado. E quando não se queiram emendar com a palavra, executem-no com o castigo e, por isso, terão de Deus o prêmio e serão dos homens louvados.*²⁵

25 Tomo I,p.201.

2.3. A missão cristã do pai de família

Ser pai consistiu aos olhos do moralista em um estado de vida, quem o fosse deveria estar ciente de suas obrigações, que se constituía em uma missão cristã. Na figura do pai, encontramos o ápice da condição de casamento. Um casamento com dignidade fazia o pai cumprir seu papel. A preocupação permanente com essa temática faz crer que esse papel normativo na sociedade, apresentado como modelar, não era tão seguido assim conforme seu desejo. *Ah! Estado do Brasil como te temo e receio um grande castigo pelo mal governo que têm muitos dos teus habitantes com seus escravos e famílias!*²⁶

26 Tomo I, p.181.

Os capítulos que Nuno dedicou à temática testemunham seu horror diante uma sociedade em que os pais descuidavam de sua tarefa moralizadora, e punham a perder o futuro *do corpo e da alma*: *E se não, disse-me: Que mais fará ou deixará de fazer um homem a seu inimigo do que um pai destes à sua família? O muito a que pode chegar o ódio do inimigo é tirar-lhe a vida: porém um pai destes, além de expor os seus filhos a risco de lhes tirarem a vida, os faz perder a alma. Não cuide algum, que por orar, jejuar e fazer outras obras de virtudes, fica livre de ser castigado de Deus, faltando à obrigação de seu estado.*²⁷

27 Tomo I, p.201.

Suas exortações revelam um desejo de controle e uma realidade de distanciamento entre os modelos propostos e as vivências familiares. A Colônia, neste aspecto, aparecia como uma *terra de perdição*: *E de muitos pais de famílias sabemos que as estão deixando levar aos pares e aos montões para o inferno por falta de vigilância, consentindo sair a seus filhos e escravos a todo tempo, sem lhes perguntarem para onde vão, nem especularem em que se ocupam.*²⁸

28 Tomo I, p. 200.

O predomínio de uma centralidade na figura masculino-paterna determinou uma divisão social e sexual; o discurso moral-teológico, sem dúvida, reforçou esse paradigma. Esse modelo esteve, também, presente quando se tratou de definir a educação das mulheres.

3. ENTRE EVA E MARIA: O CAMINHO DE MARIA MADALENA

O *pecado original* refletido a partir do imaginário bíblico esteve presente como um fio condutor em toda a obra do Peregrino da América. É nessa perspectiva que a mulher foi definida como pecadora. A mulher, conceituada como aquela *que pela sua natureza e desde a sua criação era fragilmente absorvida pelo pecado*, somente encontraria sua salvação a partir de uma penitência muito original: as dores de parto e a sujeição ao marido²⁹. A salvação vinha através das *dores*, palavra muito presente no movimento *Imitatio Christi*, na idéia do sacrifício de Cristo e das pessoas por Cristo. Essa foi a base fundamental dos *conselhos* encontrados na obra do moralista para a mulher e para o homem.

29 Tomo I, p.119. Tirado da Bíblia no livro do Gênesis 3, 16.

Muitos desses conselhos foram baseados na exigência do recato, que confinava a mulher ao espaço privado, e na sua distância do público. A mulher devia ficar em casa e nela se reservar na companhia de seu pai ou marido: *Se Eva estivesse em companhia de seu esposo, o pecado não teria acontecido.*³⁰

30 Tomo I, p.284.

Sozinha, a mulher estava na iminência do pecado, afinal, como *fonte do pecado* era a ela que se devia atribuir os males especialmente da família, já que desde a *origem do mundo* isso estava atestado na Bíblia. Na verdade, o homem que se relacio-

nava com a sociedade no espaço público recebia desta uma cobrança e culpabilização muito grande pelo andamento da própria sociedade. O homem, dentro do espaço privado e doméstico, transferia essa culpabilização para a mulher. Assim, a mulher aprendia desde cedo a se culpabilizar e a ver seu corpo como portador da ameaça à ordem.

3.1. O Corpo: lugar dos desejos e do prazer

A construção do gênero feminino se deu a partir da idéia de *natureza inconstante* da mulher, no que diz respeito às suas emoções e sexualidade, por isso a mulher devia ser constantemente vigiada e guardada por seus tutores: pai, irmão ou marido. Essa *natureza inconstante* estava representada na mulher, principalmente através de seu corpo. O corpo da mulher no ato da criação era o mais belo que existia no Jardim do Éden; se tornou o *locus* onde aconteceu o *pecado*, e, por isso, a teologia moral setecentista atacava tão duramente a mulher. Foi o corpo o lugar dos desejos e do prazer e por isso mesmo extremamente perigoso: *Saindo Eva ao vergel do Paraíso, toda trajada de glória, convidada do sítio, foi estendendo o passeio por entre plantas e flores e muito vistosos pomos, vendo as cristalinas águas. As árvores lhe faziam verde docel de esmeraldas, as flores lhe alcatifavam o prado, os pomos a convidavam, a fonte, já de admirada, parava por a ver retratada em seus cristais; os animais absortos de verem tanta beleza, lhe rendiam adoração(...) resultando-lhe tudo isto de ser uma criatura tão perfeita e bela, como feita pelas mãos de Deus(...) E vendo o demônio tantas adorações feitas a uma criatura, cheio de raiva e inveja, começou a murmurar com seus sequazes, e maquirar uma refinada traição e calúnia contra Eva.*³¹

31 Tomo I, p.283.

O corpo era, ao mesmo tempo, a riqueza da beleza da mulher, demonstrando a criação de Deus, e o lugar do pecado, uma vez que era vulnerável demais para acreditar com facilidade no que ouvia e ser enganada: *Crea Eva de ligeiro, como mulher, o que a serpente lhe tinha dito enganosamente, e foi logo com alvitre a Adão, a persuadi-lo, para que comesse do fruto, comendo-o ela primeiro*³². A mulher estava condenada, por definição, a pagar eternamente pelo erro de Eva, que levou Adão ao pecado e tirou a possibilidade de gozo no Paraíso³³.

32 Tomo I, p. 283.

A mulher aparece para o Peregrino como um desafio. Trata-se de um ser dotado de um corpo difícil de domesticar, de um corpo rebelde que ameaçava constantemente. Diante dele, o homem se demonstrava frágil e *caía* com muita facilidade. Nesta perspectiva interpretativa estava colocado o relato da queda de Adão no Paraíso *por causa da mulher. O primeiro pecado, que se cometeu contra Deus, foi o de pensamento, e por ele foi tão gra-*

33 Cf. Emanuel ARAÚJO, *A arte da sedução: sexualidade feminina na Colônia*. Em Mary DEL PRIORE (Org.), *História das Mulheres no Brasil*. São Paulo, Contexto, 1997. p.46.

*vemente castigado Lusbel, que logo caiu no inferno para sempre. O segundo pecado, que de alguma sorte se pode chamar assim pela ocasião que deu à seguinte culpa, foi o de palavras, com que Eva se pôs em conversação com a serpente: donde veio ocasionalmente a originar-se-lhe ser degredada do paraíso. E o terceiro pecado foi o de obra, quando Adão comeu do pomo vedado: e por essa causa ele e todos nós ficamos sujeitos ao pecado original e a padecer tantas misérias e calamidades.*³⁴

34 Tomo I, p. 283.

35 Tomo I, p. 246.

O homem era constantemente tentado pelo corpo da mulher³⁵. O conselho do Peregrino, na mesma linha de Manuel Bernardes, era da fuga e afastamento das mulheres: única saída para a impossibilidade de negá-lo ou dominá-lo totalmente.

3.2. As virtudes da mulher e a honra do homem

Na sociedade colonial não se podia tolerar uma *donzela honesta e virtuosa* na casa de uma mulher *pública*. Isso significava que ser donzela e virtuosa eram atribuições próprias das mulheres de extrato social alto, filhas de senhores de engenho, ricos comerciantes, governantes na Colônia ou ainda de outros altos funcionários públicos. Essa definição se tornou exigência para todas as mulheres; neste sentido, brancas pobres, bem como forras negras, subjetivaram tais modelos e tentaram conviver sua condição social com essas atribuições.

36 Tomo II, p. 218.

Para a mulher *donzela*, Nuno insistia que *a donzela quanto mais recatada, é mais bela*.³⁶ O recato das filhas, mulheres virgens, não casadas e que recebiam o título de donzelas devia ser estritamente observado a partir de uma série de comportamentos que as mantivessem em sua condição. Este era o sentido de afirmar como inconveniente as atitudes de olhar para os homens ou de conversar sozinha com um deles, ou de andar sozinha, até mesmo para ir à igreja. Deveriam, sim, observar continuamente a doutrina que consistia na obediência às ordens sociais e religiosas.³⁷

37 Idem. Ibidem.

A mulher virgem não poderia ser *mal vista*, caso contrário, seria menos procurada, e poderia *vir a cair em vários absurdos*.³⁸ O simples fato de olhar para os homens já era um comportamento reprovado nas mulheres e suficiente, segundo o moralista, *para se perder*.

38 Idem, Ibidem.

Conservar-se no estado de donzela era considerado um dom de Deus perfeito e singular que devia ser preservado: *uma jóia de inestimável valor que uma vez perdida não podia ser recuperada mais*.³⁹

39 Tomo II, p. 220.

O *pecado* na donzela acontecia não só no intercurso sexual com o homem, mas também quando o desejava ter. Assim, perdia a virtude da sua honra, ou seja, deixava de ser uma donzela casta e se tornava uma mulher pública aos olhos de Deus.

É também diante dessa construção que encontramos a atribuição de perigo e de pecado para o teatro, comédias, *passos profanos*, danças, bailes, rodas de violão e as músicas, consideradas pelo Peregrino, como desonestas: *Porque sem dúvida, que semelhantes farsas profanas, tudo é um invento diabólico, que costuma o demônio incitar aos poetas para fabricarem idéias malignas e artificiosas (...) provocando a concupiscência deleitável. Finalmente, meio de pecar, e caminho franco para o inferno.*⁴⁰

40 Tomo II, p. 136.

Para o autor, todo homem que tocasse e cantasse músicas consideradas lascivas recebia como prêmio a morte. Ele conta que: *houve um pardo por nome João Furtado, famoso músico e grande tocador de viola destas modas profanas, assistentes na freguesia de Nossa Senhora do Socorro, no recôncavo da cidade da Bahia; o qual em certa ocasião pegou em uma viola, e se foi deitar na sua cama, e começou a cantar um tono, que se usava naquele tempo, dizia a letra: 'Para que nascestes, Rosa, se tão depressa acabastes &'. Ouviram-no cantar e tanger os que na casa estavam. Porém, quando o foram acordar, estava na outra vida. Vede que arrependimento este, ou ato de contrição para a hora da morte?*⁴¹

41 Tomo II, p. 138.

A obra do Peregrino da América acentua uma normativa moral, na qual até o sorriso denunciava a condição de mulher pecadora⁴². O pai de família não devia consentir que suas protegidas assistissem comédias, pois, o divertimento, segundo o autor, mexia com a cabeça da mulher e modificava seu comportamento. Sua conclusão apontava que músicas, bailes e comédias deviam ser condenados pelos cristãos, pois *sairá uma mulher de semelhantes funções distraída, e com pensamentos tão estragados, que se não poderá reformar em muitos dias. Com grande razão, e cabal experiência, disse um contemplativo, falando a este propósito, que grande força faz no sexo feminino a poesia cantada. Porque, como o amor é doce, com a melodia do canto as faziam perverter, e abrasar em um incêndio amoroso. E por isso, lá disse Plutarco, que das coisas indecorosas, e inonestas, se deviam apartar os ouvidos, por não sujeitar a vontade a seu império.*⁴³

42 Cf. D. Francisco Manoel MELO, "Carta de guia de casados, para que pelo caminho da prudência se acerte com a casa do descanso". Em João RIBEIRO. *A inquietação do casamento*. Rio de Janeiro, Guanabara. p. 210.

43 Tomo II, p. 140.

Os cantos que negras, mulatas, e mulheres damas aprenderam foram criticados pelo Peregrino. O mesmo se diz de outros elementos simbólicos, como as máscaras que se usavam em procissões, que a seu ver incitavam as mulheres *honradas e as moças donzelas*.

Para ilustrar sua pregação, o Peregrino citava o perigo do sorriso, da alegria externada, contando o caso de um concubinato entre um homem branco e uma mulher negra que se conheceram numa festa de *terreiro* e resolveram ficar juntos a partir do riso⁴⁴.

44 Tomo II, p. 147.

3.3. Honradas e devotas: um ideal de vida feminina

45 Cf. Leila Mezan ALEGRANTI, *Honradas e devotas: Mulheres na Colônia*. Rio de Janeiro, José Olympio, 1993. p. 111.

Honradas e devotas⁴⁵ foram as representantes de um ideal de vida feminina que cresceu na colônia portuguesa. Honra ou virtude eram termos equivalentes, que expressavam o comportamento das mulheres em relação à conduta sexual, que dava a posição social da mulher e do homem na sociedade; bem como definia os espaços dos poderes.

46 Tomo I, 183.

Houve um apelo às mulheres do Brasil para que entendessem que deviam ser honradas e que era melhor assim proceder do que tornarem-se *cativas do demônio por toda uma eternidade, vendo-se arder a si e a seus escravos, sem terem mais que um grande arrependimento*.⁴⁶

47 Tomo I, p. 204.

O privilégio da honra da mulher era algo tão precioso que se buscou, com empenho, vários métodos que a mulher honesta devia usar para se livrar de homens com *más intenções*. A traição de uma mulher, adultério com fuga, era uma ofensa e queda que dava descrédito ao marido⁴⁷. A fidelidade da mulher garantia a honra do homem. Por causa disso, encontra-se vários *casos e exemplos* de maridos que mataram suas esposas por serem adúlteras.

48 Tomo II, p. 220.

Era melhor cair na *desgraça da pobreza* e pedir esmolas que perder a honra. A mulher, quando perdia a sua honra, caía *em desgraça diante de Deus* e em *descrédito diante de seus parentes*. Ela tinha, porém, ocasião de voltar atrás *com a ajuda de Deus desde que sentisse grande dor e arrependimento, quisesse se emendar e prestar grandes serviços a Deus*.⁴⁸

49 Tomo I, p. 226.

Desde que seguissem os caminhos formalizados pela Igreja, elas podiam conseguir o perdão de Deus e salvar-se, mas jamais restaurariam novamente para a sociedade sua honra perdida. O paradigma para essa busca de salvação estava na figura de Maria Madalena: *E porque as mulheres também fiquem com grande esperança, houve muitas, que pela grande dor e penitência, que de seus pecados fizeram, foram perdoadas. A Magdalena cheia de vícios contra a castidade, e com nome de pecadora publica, teve dor de seus pecados, foi perdoada e tão grande santa*.⁴⁹

50 Tomo I, p. 226.

Maria Madalena, não era somente o modelo para soerguer a mulher, mas também estimulou tantas outras a se tornarem santas. As mulheres santas no *Compêndio do Peregrino da América* são apresentadas com comportamentos devassos e pecaminosos e tem suas vidas transformadas pela compaixão de Jesus Cristo, desde que desejem e se arrependam de seus pecados, propondo para isso fazer penitências: *A mulher adúltera, que foi apresentada a Cristo, disse-lhe o Senhor: Não te condenarei: vai, e não queiras mais pecar. Santa Maria Egípcíaca também foi perdoada pela penitência que fez no deserto. Além de muitas outras pecadoras, de cujos exemplos de penitência estão os livros cheios*.⁵⁰

3.4. “... As filhas do Brasil não querem observar essa doutrina...”

Os relatos dos professores, moralistas e médicos eram indicadores de como se afirmava o lugar de cada um dos gêneros, e como se definia o papel das mulheres dentro da casa, com relação à maternidade e à família. Mesmo assim, as populações femininas aproveitavam para viver a maternidade como uma revanche contra uma sociedade androcêntrica e desigual, nas relações entre os sexos. Essas revanches não vinham apenas do papel da maternidade. Outras reações são perceptíveis na obra de Nuno Marques Pereira e a julgar pelas exortações do Peregrino para as mulheres do Brasil, que ele coloca em confronto com as mulheres de Portugal, havia aqui práticas de transgressão de normas sociais e religiosas.

O ideal da Igreja de controle e regulação da sexualidade feminina não se impôs definitivamente na Colônia. Nem todas as mulheres aceitavam passivamente a interferência da Igreja, ainda mais se sua contribuição não correspondia aos desafios da vida quotidiana. O que se pode perceber é que muitas mulheres introjetaram valores misóginos que predominavam no meio social e esses valores não eram apenas transmitidos pela Igreja, mas por todo o ambiente doméstico e por diversos mecanismos formais de coerção, como a *tagarelice* dos vizinhos, a manutenção de determinadas imagens em determinados ambientes, e outros que pertenciam à cultura luso-brasileira⁵¹.

As mulheres encontravam argumentos, até mesmo na escassez de roupas, para não se submeterem totalmente a seus maridos. As práticas do cotidiano familiar e social eram bem diferentes do ideal produzido pelo discurso do Peregrino. O quadro que ele percebe no cenário brasileiro é de mulheres que não seguiam totalmente os estereótipos ditados pelas leis civis e eclesiásticas, e desabafa: *as filhas do Brasil não querem observar essa doutrina*.⁵²

O fato do Peregrino se queixar de que *as filhas do Brasil não querem observar essa doutrina*, pode ser um sinal de que as mulheres burlavam as regras, resistiam às leis e usavam subterfúgios para conseguir sobreviver num ambiente permeado de controle e repressão, próprio da Colônia. Entre o desejo dos moralistas com sua tentativa de ‘moralizar comportamentos’ a partir de modelos que advinham da ênfase na centralidade do masculino e o que, na prática, quotidiana acontecia, havia, de fato, uma grande distância. Diante disso, pedia mais severidade por parte do Pai de famílias em relação à sua esposa e às suas escravas, afirmando que *a mulher está obrigada a obedecer a seu marido por preceito Divino e principalmente nas coisas que forem dirigidas ao serviço de Deus: e ainda no Direito Civil se acha*

51 Cf. Emanuel ARAÚJO. *A arte da sedução: sexualidade feminina na Colônia*. o. cit. p. 53.

52 Tomo I, p. 183.

*escrito, que nem os cabelos da cabeça pode cortar a mulher sem licença e autoridade de seu marido. Dizei-me: Que quer dizer, que há de ter poder uma mulher para quebrantar a lei Divina, e que um homem não há de ter forças para a poder defender e fazer observar? Ora cuidai nisto de vagar e com muita atenção.*⁵³

Percebe-se algo que está presente em todo o texto de Nuno Marques Pereira: a justificação da lei civil pelas leis divinas, a confirmação de comportamentos morais exigidos através de parâmetros de origem bíblica. Numa primeira leitura, tem-se a impressão do contrário: que a sociedade estava submetida às leis eclesásticas e que estas derivavam das leis civis, contudo, o oposto também acontecia. As leis da Igreja e os mandamentos se submetiam à dinâmica da sociedade colonial, de modo que a teologia estava elaborada em função de justificar, muitas vezes, o ato empresarial da Coroa Portuguesa.

Assim, no direito civil, lê-se que a mulher devia se submeter ao seu marido e a teologia garantia essa lei. Por outro lado, Nuno estava convencido do fundamentalismo da *Palavra de Deus* de modo que esta se tornava *verdade* em si mesma, absoluta, desdobrando-se em regras e conselhos pastorais, como no caso em que convence um fazendeiro a abandonar a mulher com quem vivia depois de uma viuvez, e este *chamando por uma escrava, mandou que viesse perante nós a mulher que até aquele tempo tivera em sua casa. A qual chegando a nossa presença e saudando-nos, lhe disse ele: 'Sabei, senhora, que até o presente estava eu cego; foi Deus servido que chegasse a esta casa o senhor Peregrino, para que me abrisse os olhos e tirasse a cegueira em que eu vivia. Tendes duzentos mil réis e uma escrava'. E a fez meter em uma rede aos ombros de dois escravos e ir para a casa de uma parenta dela mesma.*⁵⁴

3.5. Maria como modelo de perfeição

Como se pode notar, na colonização da América houve a conquista da terra e dos corpos da mulher, do negro e do índio. Entre o desejo dos moralistas com sua tentativa de domesticar as pessoas, e o que na prática quotidiana acontecia, houve, de fato, uma grande distância.

De Eva à Maria Madalena ia-se em busca de um modelo construído de perfeição cristã que foi Maria, a mãe de Jesus. Maria era o oposto de Eva. Enquanto esta era a fonte do pecado que deu origem aos males da humanidade, Maria era a mediação por onde a salvação havia entrado: *Virgem Maria Senhora Nossa foi livre, e preservada de toda a culpa e risco do pecado original, desde o primeiro instante de seu ser, por ter sido medianeira dos homens para com Deus desde o princípio do mundo, depois que Eva e Adão pecaram.*⁵⁵

Por Maria, Eva estava desculpada. Toda mulher já nascia com uma *Eva* dentro de si. Tinha possibilidade de retornar ao Paraíso trilhando o caminho de Maria Madalena para chegar à perfeição na pessoa de Maria. Maria foi construída pela doutrina cristã e reelaborada por Nuno Marques Pereira: *podemos todos confessar, que Maria Santíssima, entre todos os filhos de Adão, foi isenta de culpa, e livre do risco do pecado, desde o primeiro instante do seu ser, sendo a exceção da natureza, o mimo da ventura, a fonte da graça, o remédio dos homens, porque a criou Deus, desde o primeiro instante de seu ser destinada e predestinada para ser Mãe sua.*⁵⁶

56 Tomo I, p. 127.

A preservação de Maria do pecado original é argumento para demonstrar que as mulheres deviam permanecer castas e donzelas, conforme vontade de Deus, longe das vicissitudes humanas e tentações: *E se não, reparaí o que sucedeu a Maria Santíssima Senhora nossa, puro exemplar de virtude, recolhimento, e honestidade. Vendo o anjo Gabriel, estando ela em oração, o temeu e se perturbou pelo considerar ser homem humano. Até que acudiu o Anjo, revelando-lhe o mistério da Embaixada.*⁵⁷

57 Tomo II, p. 218.

Para fundamentar esse caminho e sua devoção, Nuno Marques Pereira traz a imagem de *Peregrina* para Nossa Senhora. Aquela que está presente em todo lugar, a medianeira; como a *grande mãe* que cuida de seus filhos, ampara e cura, modelo de inspiração para os aflitos, modelo feminino de obediência a Deus Pai, sempre associado à imagem masculina: *Chamam-vos na Ásia, lá lhes assistis; valem-se de Vós na África, lá os consolais; imploram-vos na Europa, lá os remediais; valem-nos de Vós na América, cá nos amparais; gritam por Vós no mar, lá os socorreis; chamamos por Vós em terra, aí nos acudis com vosso amparo e patrocínio, andando sempre feita uma Peregrina por mar e terra, em nos acudir, e remediar.*⁵⁸

58 Tomo I, p. 20.

A onipresença do modelo ganhou relevância e permanência no sentimento religioso da presença peregrinante de uma mulher. Maria, protótipo ideal, aparece ativa e atuante em cenários amplos. Não se negava, totalmente à mulher tempo e espaço de poder, mas este estava circunscrito ao privado, às micro-relações, no qual os riscos pareciam menores, era algo marginal, complementar, concedido pela figura do pai. De toda forma, abrem-se perspectivas às resistências mesmo onde os discursos interpretavam elementos míticos de forma reguladora.

BIBLIOGRAFIA UTILIZADA

ARAÚJO, Emanuel, "A arte da sedução: sexualidade feminina na Colônia". Em Mary DEL PRIORE (Org.), *História das Mulheres no Brasil*, São Paulo, Cotexto, 1997.

- COSTA, Raquel Lopes Domingues, *Divórcio e anulação do matrimônio em São Paulo colonial*. São Paulo, Dissertação de Mestrado em História. FFLCH-USP, 1986.
- FARIA, Sheila de Castro, *A Colônia em movimento: fortuna e família no cotidiano colonial*. Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1998.
- JOHNSON, Elizabeth, *Aquela que é: o mistério de Deus no trabalho teológico feminino*. Petrópolis, Vozes, 1995.
- MATOS, Maria Izilda, *Gênero em debate: Trajetória e perspectivas na historiografia contemporânea*. São Paulo, Educ, 1997.
- MELO, D. Francisco Manoel, "Carta de guia dos casados, para que pelo caminho da prudência se acerte com a casa do descanso". Em João RIBEIRO, *A Inquietação do casamento*. Rio de Janeiro, Guanabara.
- PEREIRA, Nuno Marques, *Compêndio narrativo do Peregrino da América*. Rio de Janeiro, ABL, 1988, 2 tomos.
- RIBEIRO, João, *A Inquietação do casamento*. Rio de Janeiro, Guanabara.
- SCOTT, Joan. *Gênero: Uma categoria útil para análise histórica*. Recife. SOS corpo, 1993.
- BIBLIOGRAFIA DE REFERÊNCIA
- ALGRANTI, Leila Mezan. *Honradas e devotas*. Rio de Janeiro, José Olímpio, 1993.
- BELLINI, Lígia. *A coisa obscura: mulher, sodomia e inquisição na Brasil colonial*. São Paulo, Brasiliense, 1988.
- BOXER, C.R. *A mulher na expansão ultramarina ibérica*. Lisboa, Livros Horizontes, 1977.
- DEL PRIORE, Mary (Org.), *História das Mulheres no Brasil*. São Paulo, Contexto, 1997.
- DEL PRIORE, Mary, *A mulher na História do Brasil*. São Paulo, Contexto, 1988.
- DEL PRIORE, Mary, *Ao Sul do corpo: condição feminina, maternidades e mentalidades no Brasil Colônia*. Rio de Janeiro, José Olympio, 1993.
- FIGUEIREDO, Luciano R. Almeida. *O avesso da memória: cotidiano e trabalho da mulher em Minas Gerais no século XVIII*. Rio de Janeiro, José Olympio, 1993.
- LIMA, Lana Lage Da Gama, (org.), *Mulheres, adúlteros e padres*. Rio de Janeiro, Dois Pontos, 1987.
- MOTT, Maria Lúcia de Barros. *Submissão e resistência: a mulher na luta contra a escravidão*. São Paulo, Contexto, 1988.
- MOTT, Luís. *O sexo proibido: virgens, gays e escravos nas garras da Inquisição*. São Paulo, Papyrus, 1988.

Claudete Ribeiro de Araújo
Mestrado em História da Igreja — São Paulo
Professora do ITESP